



Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto

11.novembro.2020 – 14H00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: SNESup - Sindicato Nacional do Ensino Superior.

Elementos identificados na [página da Comissão](#).

Recebidos por: Deputados Firmino Marques (PSD), Alberto Fonseca (PSD), Tiago Estevão Martins (PS), Maria da Graça Reis (PS), Maria Gabriela Fonseca (PSD), Maria Joaquina Matos (PS), Porfírio Silva (PS), Bruno Aragão (PS), Cristina Mendes da Silva (PS), Elza Pais (PS), Fernando José (PS), António Cunha (PSD), Isabel Lopes (PSD), Carla Madureira (PSD), Cláudia André (PSD), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Bebiana Cunha (PAN).

Assunto: " Propostas no âmbito da discussão da PPL 61/XIV/2.^a (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2021."

Exposição:

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), Deputado Alberto Fonseca, deu as boas vindas a todos os presentes, em particular ao Senhor Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto (CECJD), Deputado Firmino Marques e aos representantes do SNESup, dando nota do modo de condução dos trabalhos e dando de seguida a palavra aos representantes do SNESup, para uma exposição inicial.

O Presidente da Direção do SNESup, Professor Doutor Gonçalo Leite Velho, começou por agradecer a audiência. Na sua exposição inicial, começou por salientar que o valor para o sector do ensino superior, constante da proposta da Lei do Orçamento do Estado para 2021 (LOE 2021), é problemático.

Salientou primeiro que na Comunicação social foi avançado um aumento de cerca de 17% que, no entanto, não se concretizou, pois, a proposta do Governo prevê um acréscimo para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, face a 2020 de 4%, sendo, pois, uma diferença assinalável.

Em relação ao aumento de 4%, constata-se, porém, que o valor atribuído, inclui a compensação por efeito de algumas medidas legislativas, como a diminuição do valor de propinas e o impacto de regularizações de contratos, o que significa que, de facto, o

aumento da dotação para o Ensino Superior corresponderá não a 4% mas a 1,98%, o que é manifestamente pouco para um sector confrontado com uma pandemia, que gera situações de grande ansiedade e um acréscimo de custos considerável, com materiais de proteção individual, cujos custos acabam por ser transferidos para os docentes.

Mais disse que, o ensino superior cresceu, havendo um aumento muito considerável do número de alunos, no entanto, não se verifica o necessário reforço orçamental.

Quanto à evolução dos números do financiamento da Ciência, referiu que a Nota Explicativa diz haver um aumento na verba para a Fundação para a Ciência e Tecnologia, contudo, quando comparado com a Nota Explicativa do ano anterior verifica-se uma diminuição desse mesmo valor. Verifica-se ainda uma diminuição de 6% no Emprego Científico, que denota um claro desinvestimento, que se repercutirá na desvalorização das políticas de contratação dos mais qualificados, o que é particularmente grave no atual contexto de crise pandémica, em que a ciência desempenha um papel tão importante.

Propôs, de seguida, algumas medidas concretas de alteração à proposta de LOE 2021 - Proposta de alteração no artigo 37.º; Proposta de inserção do artigo 37.º -A; Proposta de introdução de artigo 61.º; e Proposta de inserção do artigo 123.º - conforme foi detalhado no contributo escrito que enviou.

O Senhor Vice-Presidente da COF, Deputado Alberto Fonseca, agradeceu a exposição inicial e deu início à fase de debate, dizendo que iria passar a condução dos trabalhos ao Senhor Presidente da CECJD.

Em sede de debate, o Senhor Deputado Bruno Aragão (PS) agradeceu a vinda do SNESup e o contributo. Disse haver abertura às propostas e que há um entendimento comum quanto ao reforço do papel das universidades e da ciência, dizendo haver sintonia e um entendimento comum. Mais disse que os orçamentos têm memória que, portanto, este orçamento tem a memória dos orçamentos anterior. Há claramente um reforço de 2% em face do orçamento do ano anterior – que alguns poderão dizer que é pouco e outros muito – e há uma política de Recursos Humanos e sua valorização e renovação. Mais disse que da parte do Partido Socialista, mantém-se a disponibilidade para continuar a discutir novas soluções.

O Senhor Presidente da CECJD passou de seguida a palavra à Senhora Deputada Isabel Lopes (PSD) que após cumprimentar os presentes, disse, citando as palavras do Presidente da Direção numa recente entrevista, que este orçamento era o pior dos últimos anos para o ensino Superior e Ciência, referindo que esta perspetiva é partilhada por outros intervenientes no sector. Mais disse que, não há tradução orçamental para a renovação do corpo docente, que tem sido uma reivindicação antiga do SNESup e que o senhor Ministro na sua audição, no âmbito da discussão da LOE, questionado sobre esta questão disse haver várias contratações, desvalorizando, pois, esta questão. Em

relação ciência disse, a terminar, que o Ministério está a “fazer maquilhagem” com os aumentos para a ciência, perguntando aos representantes do SNESup, se concordam com esta afirmação.

Tomando de seguida a palavra, o Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) começou por agradecer a exposição inicial dos representantes do SNESup, dizendo de seguida que não há entendimento comum nenhum, pelo menos com o Bloco de Esquerda. Disse que, do ponto de vista do financiamento, continua a haver menos 100 milhões de euros do que há 10 anos. Relativamente a recursos humanos nunca houve uma média de idades dos docentes tão elevada e nunca houve tantos precários neste setor, como atualmente. Assim, disse não haver entendimento comum com o PS em relação a estas matérias. Quanto ao financiamento do ensino superior continuamos muito longe da média da OCDE. Por outro lado, os 2% de crescimento para contratação, podem nem vir a ser utilizados pois dependem de autorização do Governo. Reiterou, pois, não haver qualquer entendimento comum com o PS em relação a estas matérias.

Intervio de seguida a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), que começou por deixar uma nota pessoal de apreço pelo trabalho que o Professor Doutor Gonçalo Leite Velho tem feito à frente do SNESup e em conjunto com esta Assembleia da República, pois sabe que irá cessar brevemente funções. Relativamente à proposta de lei do orçamento, pedindo antecipadamente desculpa por não ter ouvido a intervenção inicial, mas tendo já lido o contributo escrito do SNESup, disse que o documento apresentado pelo senhor Ministro merece as maiores reservas pois há várias discrepâncias. Por outro lado, disse que o facto de haver mais alunos no ensino superior e não haver uma concomitante valorização e aumento dos docentes é problemático. Concluiu referindo que, o financiamento ao ensino superior é manifestamente insuficiente.

Intervio de seguida a Senhora Deputada Bebiania Cunha (BE) que começou por louvar o trabalho e postura do SNESup que, numa atitude construtiva e de defesa do Ensino Superior e Ciência, muito tem contribuído para a valorização das instituições e dos docentes. Reiterou que o PAN entende que é fundamental reforçar as políticas que aumentem o investimento em investigação, ciência e no ensino superior, o que valoriza os investigadores e os docentes. Disse por fim que, há problemas crónicos neste setor que muito provavelmente não serão resolvidos em sede de orçamento do estado, restando a esperança de que sejam resolvidos em sede de processo legislativo. Deixou, por fim 2 perguntas: uma relativamente ao *burnout* dos docentes, questionando quais as soluções que antevê para o combater e prevenir e outra sobre qual a perspetiva do SNESup acerca do resultado do concurso de projetos financiados pela FCT, recentemente apresentado.

O Senhor Presidente da CECJD passou novamente a palavra ao Presidente do SNESup, que concluiu a sua audiência agradecendo todos os contributos e questões.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Bruno Aragão (PS) disse que já ouviu vários comentários sobre o reforço orçamental, nomeadamente, tem ouvido repetidamente dizer que é pouco, mas que há quem considere que é muito, como foi referido pelo Senhor Deputado, é a primeira vez que ouve. Pensa que nem o Senhor Ministro terá dito isso.

Disse, de seguida, que o contrato de legislatura constrange este sector. Ele pode ser um instrumento político por parte do Ministério, mas também acaba por ser uma debilidade. A ciência e o ensino superior são fundamentais o que aliás ficou patente com a pandemia. Estes setores são chave para o desenvolvimento económico e estão a ser descurados.

Secundou, de seguida, as palavras da Senhora Deputada Isabel Lopes (PSD), dizendo que este é o pior orçamento dos últimos anos, havendo inclusivamente um problema de transparência com um erro na nota explicativa de cerca de 40 milhões de euros, que é um erro muito grave.

Quanto aos projetos FCT, disse que atualmente há maior volume financeiro através acordos paralelos, feitos pelo Ministério diretamente, por exemplo linhas para a COVID ou para inteligência Artificial, do que através da FCT, o que, na sua perspetiva, enviesa e politiza a política de financiamento em Portugal e gera um problema de clientelas.

Mais disse que há falta de transparência de dados e números tanto a nível do orçamento como da política de emprego, uma vez que deixaram de ser publicados os dados, o que significa que os dados que o Senhor Ministro anunciou não podem ser comentados ou contraditados.

Terminou com uma nota pessoal aos deputados da Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto com quem trabalhou nos últimos 4 anos, salientando a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Senhor Deputado Luís Monteiro (BE), dizendo que constituindo uma “coligação positiva”, conseguiram fazer aprovar algumas medidas muito importantes a nível do emprego científico. Mais disse que, pela sua parte, só tem a dizer bem dos deputados da Assembleia da República que trabalham de forma desinteressada e abnegada, na procura do melhor para o país. Terminou agradecendo, tudo o que conjuntamente conseguiram alcançar nos últimos 4 anos.

O Senhor Presidente da CECJD agradeceu ao Senhor Vice-presidente da COF a possibilidade de conduzir os trabalhos. Mais agradeceu a presença e bem assim, as informações e esclarecimentos apresentados pela SNESup, dando de seguida por encerrada a audiência.

As razões que sustentam o pedido de audiência encontram-se melhor descritas no [pedido](#) desta.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto

A gravação áudio da audiência está disponível na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 11 de novembro de 2020

O PRESIDENTE

(FIRMINO MARQUES)